

História. Ficção. Literatura.

Luiz Costa Lima
São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Sérgio Alcides
(UFOP)

História. Ficção. Literatura, como outros livros de Luiz Costa Lima, parte de uma questão aparentemente simples, por trás da qual o teórico surpreende todo um labirinto de conexões e impasses da maior relevância para diferentes setores das chamadas “humanidades”. Foi assim com seus primeiros estudos sobre a *mimesis* dos gregos: seria ela o mesmo que a sua contrapartida no mundo romano, a *imitatio*, subordinada ao primado do real? E assim foi com a trilogia do *Controle do imaginário*: que estatuto é reservado ao ficcional na modernidade, em face do tipo de razão triunfante no Ocidente?

Desta vez a questão de partida está ligada a uma constatação: tem sido superficial demais, desde a Antigüidade, a reflexão comparativo-contrastiva entre a história e a poesia. A carência de um aporte teórico mais consequente a esse respeito adquiriu aspectos de emergência desde os anos 1970, quando veio à tona com toda a força a polêmica sobre a dependência da escrita da história frente a procedimentos e recursos ficcionais (tais como a narrativa e as figuras de linguagem). Costa Lima tem participado do debate há mais de uma década – mas só agora apresenta uma versão cabal e mais desenvolvida de seus argumentos.

O título do livro já dá boas indicações do posicionamento do autor: como termos separados por pontos, história, ficção e literatura não se confundem, nem são intercambiáveis. As três partes da obra teorizam sobre os termos separadamente, tratando das especificidades de cada um, mas sem deixar de investigar suas relações com os outros dois.

O longo prefácio procura expor a questão e apresentar uma

espécie de roteiro seguido pelo teórico na sua abordagem. É provável que esta venha a ser a parte do livro mais consultada nos cursos universitários, sobretudo na área de história (pelo menos num prognóstico talvez otimista demais). No contexto de um debate que já dura mais de trinta anos, escassamente conhecido no Brasil, esse texto apresenta uma das críticas mais conseqüentes e originais já feitas à obra de Hayden White, o autor de *Metahistory* (1973). Por meio da análise literária de textos historiográficos clássicos, o teórico americano procurou demonstrar que a escrita da história se constitui mais propriamente numa série de ficções verbais, cujo conteúdo é tão inventado quanto achado, e que têm mais em comum com a literatura do que com as ciências.

É importante frisar que a crítica de Costa Lima nada tem de reacionária – como tem sido, em geral, a pequena recepção da obra de White no Brasil. Longe de fazer *tabula rasa* do chamado *linguistic turn* que inspirou o trabalho de White nos anos 1970, Costa Lima ressalta vários aspectos favoráveis trazidos por essa virada de perspectiva epistemológica. Ao invés de negar *in limine* toda e qualquer contribuição que venha dessa corrente, como tem feito, por exemplo, Carlo Ginzburg, Costa Lima dialoga com ela e assim encontra seus reais limites. Para além destes se encontra o campo teórico novo, no qual ele procura fundar sua reflexão.

Para retomar a distinção entre história e ficção, o autor chama a atenção para as “metas discursivas” de cada gênero, e ainda acompanha a concepção de Reinhart Koselleck de uma camada pré-verbal a ser considerada na escrita da história. Em outros momentos deste livro, ficará clara a maior proximidade de Costa Lima com autores alemães do que com os americanos também na área da teoria da história – assim como, na teoria literária, ele nitidamente se identifica, desde finais dos anos 1970, com a constelação de autores formados sob o impacto da “estética da recepção”, de Hans Robert Jauss – sobretudo Karlheinz Stierle e Wolfgang Iser; a este último, presta um importante tributo na segunda parte do livro.

É também marcante nesse prefácio o trio de apoio teórico que Costa Lima montou – totalmente inesperado e original – para enfocar toda obra: um artigo esquecido de William James (“The Perception of Reality”, de 1889), outro de Alfred Schütz (“On Multiple Realities”, de 1954) e a obra capital de Erving Goffman

sobre a “análise por molduras” (de 1974). Partindo de três autores “fora de moda”, ele traça uma maneira própria de considerar a “construção social da realidade” (livrando-nos da rotina de Berger e Luckmann a esse respeito). O leitor que conhecer bem a obra de Koselleck (ou a de Jaus, neste caso), não terá dificuldades em notar como Costa Lima lê aqueles três autores de um ângulo “alemão”, fortemente marcado pela nova hermenêutica – sendo o melhor sinal disso o uso recorrente da dupla de categorias experiência/expectativa, à qual se recorre para explicar, por exemplo, o conceito de *frame* (“moldura”) do canadense Goffman.

Em James, Costa Lima busca uma interessante definição de “crença” como estado emocional de conhecimento da realidade que estabelece as condições para o consentimento e assim provoca a “cessação da agitação teórica”. Para se acrescentar aos muitos sinais de ceticismo espalhados pela obra de Costa Lima, ele conclui: “o oposto da crença não é a descrença, mas sim a dúvida”. Esse indício, aparentemente banal, ganhará maior importância à medida que o leitor vai se dando conta do cerne do livro, que diz respeito ao contraste entre o ficcional e o historiográfico. Seja como for, o artigo de James afasta desde o princípio a reflexão do teórico brasileiro de qualquer ranço positivista: “a *fons et origo* de toda a realidade”, afirma o americano, “é subjetiva, somos nós mesmos”. Para quem ainda supõe ser possível trabalhar em ciências sociais dentro de parâmetros teóricos mais simplórios, será inquietante acompanhar a conclusão desse pensamento, segundo a qual “a própria palavra ‘real’ é, em suma, uma fímbria”. Ao que Costa Lima acrescenta: “Ser, do ponto de vista humano, a realidade de uma fímbria significa que não a vivenciamos como um território contínuo, apenas reconhecido a partir de seu registro pelos órgãos dos sentidos”. E continua: “Quando, portanto, nos dizemos que realidade é o que se põe diante de nós e provoca reações, empregamos uma tosca lógica *a posteriori*, pois convertemos em experiência passiva o que, na verdade, depende da participação ativa da subjetividade”.

A contribuição encontrada em Schütz serviu para dar mais consistência, como objeto teórico, a essa fímbria heterogênea subjetivamente construída. Para tanto, recorreu-se à concepção desse sociólogo acerca das “províncias finitas de significação” que cada um estabelece, na vida prática, diante das próprias experiên-

cias, gerando um “estilo cognitivo” específico. A realidade, assim, torna-se ainda mais fragmentária – desde a “fímbria” subjetiva até as “províncias” intersubjetivas. Goffman ajuda Costa Lima a aprofundar ainda mais o problema, através das “molduras” delineadas por cada interação discursiva na vida cotidiana, que trazem implícitos um conjunto de expectativas e um padrão seletivo de percepção do mundo e dos outros. Isso desvia Costa Lima da hipervalorização da retórica que vem ganhando espaço em diferentes domínios, como a economia, a história e os estudos literários. “Indiretamente”, argumenta ele, “Goffman nos ensina que a retórica nos acompanha em cada situação do cotidiano. Portanto, que não será por ela que poderemos definir uma situação discursiva”.

Toda essa problemática percorrerá o restante do livro subterraneamente; o autor não precisa mencioná-la para nos lembrar de que as três partes de *História. Ficção. Literatura* nela se enraízam. A primeira destas é a que traz mais novidades para o conjunto da obra de Costa Lima, que aqui se consolida também como um teórico da história. O objetivo, em linhas gerais, é fixar as especificidades da escrita da história, sem deixar de insistir sobre os seus débitos literários. “Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alétheia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. Ela é a sua aporia”. Esse trecho introduz o conceito mais surpreendente de todo o livro: *aporia*, como concepção de verdade uniforme e sem fissuras, tida por auto-evidente e sempre idêntica a si própria, puro objeto do reino dos fatos, independente de observação ou participação subjetiva. Superado o primado positivista do real, a linha de distinção entre a história e a ficção não passa mais pela distinção entre o documental e o imaginado, o factual e o fingido, mas sim pela reivindicação de verdade que sustenta uma, aporética, ao passo que a outra se isenta desse padrão pré-lingüístico e é, por isso, mais *porosa*.

A surpresa aqui está tanto na formulação, por sua originalidade, quanto na terminologia adotada. Estudioso de filosofia (que, aliás, tende ao trabalho do filósofo cada vez mais, pelo menos desde *Mimesis: desafio ao pensamento*, do ano 2000), Costa Lima certamente conhece a fortuna do termo *aporia*. Entre os diálogos

socráticos de Platão, são chamados de *aporéticos* justamente os inconclusos, nos quais a discussão se encerra sem que os interlocutores cheguem a uma conclusão firme sobre o tema em pauta. Sem falar no famoso poema de Carlos Drummond de Andrade, “Áporo”, em que um inseto cava a terra em busca de uma improvável saída. Maior defensor do ficcional entre os teóricos da literatura pós-estruturalistas, Costa Lima parece mais uma vez alinhar-se aos céticos ao escolher esse vocábulo para modelar um conceito: ele, por si só, põe em questão os privilégios da verdade. Essa impressão é reforçada pela circunstância de a aporia, conforme a argumentação do autor, ser mais rígida sobretudo na crença (sendo o contrário desta, como vimos com a ajuda de William James, a dúvida).

Dentro desses referenciais, a primeira parte se inicia com uma cerrada revisão do debate acerca de autores que, na Grécia Antigüidade, foram chamados de “historiadores”: Heródoto e Tucídides. Estrangeiro em campo minado, Costa Lima não esconde suas preferências por M. I. Finley e F. Hartog, justamente aqueles que, entre os especialistas em história antiga, têm sido os mais polêmicos. Desde o início vem à tona uma preocupação que atravessará o livro inteiro, mesmo as duas partes seguintes, com o temperamento refratário dos historiadores, em geral, frente a quaisquer discussões teóricas, resultando numa espécie de positivismo *naïf* que é frequentemente “alfinetado” pelo autor: seus maiores inimigos são “o arraigado positivismo dos historiadores, que não aceitam sequer discutir a aporia da verdade”, “a marca objetivista do padrão positivista”, “o infantilismo positivista dos historiadores”, “a dificuldade dos historiadores de se libertarem da camisa de força que se tornou a objetividade”. Se rejeita a redução da história à ficção, devido ao apoio daquela na aporia veraz, o teórico não deixa de questionar a inscrição da verdade no domínio do factual, pura e simplesmente. Com isso, ele retoma um dos temas recorrentes de sua obra desde pelo menos *O controle do imaginário* (de 1984), que é a crítica ao substancialismo inscrito na concepção de *fato*.

Por outro lado, em contraste com os pressupostos do *linguistic turn*, Costa Lima postula a existência de um nível pré-verbal de experiência onde possa radicar a premissa de verdade dos historiadores. É o que o autor chama de “história crua”, aque-

la onde está imersa a vida. Ela é assim designada – quem sabe? – talvez por não ter ainda sofrido a cocção discursiva. Ou, por outro lado, pela *crueza* dos afetos humanos, sobre os quais ela avança; num livro que se inicia com as interrogações e as perplexidades de Heródoto e Tucídides sobre as guerras da Antigüidade, e escrito num tempo em que as paixões bélicas reaparecem em primeiro plano, é compreensível que Costa Lima reconheça uma “marca amarga”: “a história crua caminha sobre a violência”. Deve estar ligada ao mesmo amargor a hipótese de a ojeriza historiográfica relacionar-se com os seus compromissos frente ao Estado-nação. E a consequência prática – ou ética – da teoria de Luiz Costa Lima se resume num trecho de síntese sobre toda a primeira parte do livro: “O que esta seção tem afirmado, portanto, é a necessidade de, reconhecendo-se a aporia específica da história, dar-lhe um tratamento flexível, submetê-la a um uso poroso”. Antes, o autor já tinha observado que é próprio da aporia o risco de se enrijecer contra o autoquestionamento, com a tendência ao dogma. A tarefa por excelência do historiador, portanto, não será a montagem dessa superfície sem poros e veraz, mas, ao contrário, a “abertura de horizontes”. O que faz lembrar o conhecido ditado segundo o qual “o passado é um país estrangeiro”. Mas, como nos ensina este Costa Lima teórico da história, para viajar nele é necessário bem mais do que um passaporte ou um diploma de bacharel.

A segunda parte trata da ficção. Novamente, o autor começa pelo começo: na Grécia, primeiro com Homero, depois com a tragédia. Um destaque do primeiro capítulo é o tratamento dado a Aristóteles (aliás já discutido em menor profundidade na seção anterior), como um pensador tão seminal no campo das idéias estéticas quanto falhado, por ter sido, na visão de Costa Lima, mal compreendido e banalizado por seus continuadores: sua fortuna, afinal, terá sido um infortúnio. A discussão também é originária do *Controle do imaginário*, manancial de toda a obra madura do autor, que tem se revelado praticamente inesgotável e necessita de urgente reedição (o primeiro volume da trilogia teve uma reedição revista, mas os outros dois não). Se no livro anterior o tema aristotélico revisto foi o conceito de verossimilhança, além do de *mimesis*, agora o interesse maior recai sobre a tragédia e o conceito de *catarse*.

Nessa mesma parte o autor se aprofunda em distinções finas, por exemplo entre o real e a realidade, a ficção e a *mimesis*, o fictício e o ficcional. Reaparece aqui o problema da retórica; para Costa Lima, a redução das teses aristotélicas a um conjunto de preceitos retóricos foi “um desastre” – e, pode-se concluir, a reificação desses preceitos pela crítica literária atual se arrisca a repetir os efeitos desse antigo mal-entendido. Buscando um roteiro próprio, Costa Lima prefere conduzir a discussão sobre obras marcantes da Antigüidade latina – tais como a *Eneida*, de Virgílio, e as *Metamorfoses*, de Ovídio – a partir da relação entre poesia, verdade e imaginação. Os especialistas em literatura antiga talvez se sintam enciumados. Costa Lima verá em Virgílio a tentativa de denegar a ficção, marcada pelo vínculo do seu poema com a glorificação do império romano. Ao passo que as *Metamorfoses* tomam explicitamente o partido da imaginação: “O resultado é a retórica pôr-se a serviço do ficcional”. E, assim como a *mimesis* tem a propriedade de selecionar valores de uma determinada sociedade, inscritos no tempo, destinando-os à outra temporalidade da obra de arte, o ficcional “traz em si incrito o real”: mais do que uma representação ou um reflexo dele, a ficção é aquilo que o captura sob a forma de discurso, podendo assim agir sobre ele. Fica evidente o caráter disruptivo e potencialmente subversivo do ficcional.

A seção termina, depois de uma discussão sobre a obra de Wolfgang Iser, com um capítulo inteiramente dedicado à análise crítica – a partir dos pontos teóricos até aqui levantados – de um longo diálogo entre Otaviano Augusto e o personagem principal do romance *A morte de Virgílio*, de Hermann Broch. Está em causa precisamente o tema latente em todo o percurso de Costa Lima: a quem pertence a poesia? ao poeta? ao Estado? No trecho analisado, o imperador procura evitar que o vate moribundo destrua o seu poema épico que glorificava o Império.

A terceira parte é a menos ambiciosa do livro, mas é ela que “amarra” todas as pontas deixadas pelas anteriores – o que talvez já sinalize algo de relevante acerca da sua palavra-chave, “literatura”. Esta, para Costa Lima, não se confunde com ficção. A própria dificuldade de definir o conceito, que o autor estuda na sua raiz, em F. Schlegel, Mme. de Staël e Chateaubriand, serve-lhe de apoio para investir teoricamente sobre esse próprio vazio. A lite-

ratura passará a ser o discurso aberto, que comporta o heterogêneo, o híbrido e o ainda não formulado, e cuja característica sensível é o que o autor chama de “espessura da linguagem”. Esse traço vago – mas por definição infenso ao tipo de enrijecimento que se cristaliza em aporia – justificaria que obras inscritas originalmente no campo das ciências sociais, como *Os sertões* e *Casa grande & Senzala*, uma vez perdida a sua vigência, sejam incorporadas ao acervo da literatura. Assim como na seção anterior o teórico se faz de crítico e enfrenta *A morte de Virgílio*, aqui é a vez de o material teórico encontrar uma atuação crítica acerca das *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, obra na qual Costa Lima encontrará uma “abstinência de ficcionalidade” que, no entanto, revela uma concepção de literatura mais complexa do que mostra o mesmo escritor em sua obra de imaginação, limitada, segundo o crítico, pela subordinação da ficção à realidade.

O último capítulo, na verdade um apêndice, consta de um ensaio de Costa Lima sobre *Os sertões* – tema de seu livro mais próximo deste, a meu ver, que é *Terra ignota*, sobre a obra de Euclides da Cunha. O autor adverte que, nesse ensaio, a meio caminho entre um livro e outro, as questões que gerariam *História. Ficção. Literatura* já estão em preparo, embora não inteiramente formuladas. Em *Terra ignota* (de 1997), as relações entre história e literatura são o tema de um dos dois apêndices (sendo o outro um dos textos mais importantes e menos comentados de Costa Lima, “O pai e o *trickster*”, sobre o contraste das condições sociais e intelectuais de produção do saber e da literatura em meios “metropolitanos” ou “marginais”).

História. Ficção. Literatura será visto como um marco importante de amadurecimento dentro da obra de Costa Lima. Tomara que o traduzam logo para alguma língua mais conhecida do que o português, para que as contribuições originais que ele contém possam fazer algum eco – inclusive no Brasil (pois faz parte das nossas síndromes esse efeito “bumerangue” da projeção internacional). Entre nós, talvez desperte mais interesse nos departamentos de letras do que nos de história (sendo exceção entre estes o da PUC-RJ, onde o autor leciona). É pena, porque os maiores beneficiários deste livro serão os historiadores menos “engessados” nos preconceitos do seu *métier*.

